

GESTÃO ESCOLAR E RESISTÊNCIA NA EJA: REFLEXÕES A PARTIR DA ESCOLA ESTADUAL TEODORO SAMPAIO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Elisamgela Pereira De Oliveira¹

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – PPGEJA/UNEB. Linha 3 – Gestão Educacional e Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação. E-mail institucional: elisamgela.oliveira@nova.educacao.ba.gov.br

EIXO TEMÁTICO 6: POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO EDUCACIONAL E ESCOLAR NA EJA

RESUMO

Este trabalho analisa a atuação da gestão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com base nos aprendizados da disciplina Fundamentos Legais e Políticas de EJA no Brasil e no projeto de pesquisa “Resistindo ao Silêncio: Ações e Reflexões da Gestão Escolar para a Permanência e Fortalecimento das Turmas da EJA na Escola Estadual Teodoro Sampaio em Pirajá-BA”. O estudo tem como foco identificar estratégias da gestão que contribuam para a permanência dos educandos da EJA. A pesquisa destaca a importância das políticas públicas, da escuta ativa e da valorização dos saberes populares como práticas de resistência à exclusão educacional. A abordagem teórica fundamenta-se em autores que discutem a gestão escolar como instrumento de transformação social, reafirmando a escola pública como espaço de acolhimento, disputa e justiça.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um direito fundamental e um compromisso ético-político com sujeitos historicamente excluídos dos processos educativos formais. No Brasil, essa modalidade enfrenta desafios significativos, sobretudo em territórios marcados por profundas desigualdades sociais, culturais e econômicas. Em tais contextos, a efetivação do direito à educação exige políticas públicas estruturantes e práticas escolares comprometidas com a escuta ativa, a valorização dos saberes populares e a promoção da permanência dos estudantes. A gestão escolar, nesse cenário, assume um papel estratégico ao desenvolver ações que tensionam o silêncio institucional, enfrentam a evasão e fortalecem o vínculo entre escola e comunidade.

Segundo as autoras, “as políticas públicas direcionadas à Educação de Jovens e Adultos, muitas vezes, estão desarticuladas das reais necessidades dos sujeitos que vivem nos territórios populares, gerando lacunas entre o ideal proposto e o real vivido” (FARIA; BISPO; GARCIA, 2021, p. 310). Esse apontamento evidencia a urgência de práticas da gestão que considerem as especificidades dos sujeitos da EJA e se comprometam com a transformação da realidade educacional.

Este trabalho desenvolve-se a partir das reflexões sistematizadas na disciplina Fundamentos Legais e Políticas de EJA no Brasil, articulando-se diretamente ao projeto de pesquisa “Resistindo ao Silêncio: Ações e Reflexões da Gestão Escolar para a Permanência e Fortalecimento das Turmas da EJA na Escola Estadual Teodoro Sampaio”, localizada no bairro de Pirajá, em Salvador/BA. A integração entre teoria e prática possibilita aprofundar a análise sobre o papel da gestão diante da negação do direito à educação e das tentativas recorrentes de silenciamento da EJA enquanto política pública.

A proposta é investigar como práticas gestoras podem contribuir para a construção de uma EJA que, longe de assumir um caráter meramente compensatório, reafirme sua vocação emancipatória e transformadora. O foco está em estratégias para garantir a permanência desses alunos na escola e, para

isso, faz-se necessário resistir ao fechamento de turmas e enfrentar a desvalorização institucional da modalidade, reafirmando a escola pública como espaço de disputa, acolhimento e justiça social.

2. METODOLOGIA

A reflexão apresentada neste trabalho foi construída com base em uma abordagem qualitativa, fundamentada no entrelaçamento entre vivência acadêmica e experiência prática no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A disciplina “Fundamentos Legais e Políticas de EJA no Brasil”, integrante do Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos (PPGEJA/UNEB), propiciou o aprofundamento teórico e crítico acerca das políticas públicas e da gestão escolar voltadas para a EJA.

A articulação com o projeto de pesquisa “Resistindo ao Silêncio: Ações e Reflexões da Gestão Escolar para a Permanência e Fortalecimento das Turmas da EJA na Escola Estadual Teodoro Sampaio em Pirajá-BA” serviu como campo empírico para a análise das práticas de gestão e resistência educativa. O estudo desenvolve-se por meio da análise documental, revisão bibliográfica e observação participante, tendo como referências principais autores como Paulo Freire, Miguel Arroyo, José Carlos Libâneo e Heloísa Lück, entre outros, que discutem a gestão escolar sob uma perspectiva emancipatória.

A metodologia adotada privilegia o diálogo entre saberes teóricos e práticos, buscando compreender como a gestão escolar pode atuar diante das ameaças de esvaziamento da EJA e contribuir para a efetivação do direito à educação dos sujeitos historicamente marginalizados. Essa perspectiva está alinhada à proposta de pesquisa de intervenção defendida por (PEREIRA ;2019, p. 72), que sintetiza que a pesquisa de intervenção em educação “busca dar conta de um processo de transformação da educação escolar e não escolar, das instituições educativas, dos seus profissionais e diversos outros atores da educação”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados apontam que a gestão da Escola Estadual Teodoro Sampaio tem se configurado como espaço de resistência frente às investidas políticas que ameaçam o fechamento das turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A partir da leitura de obras como Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil (COSTA; MACHADO, 2017) obra que foi trabalhada na disciplina “Fundamentos Legais e Políticas de EJA no Brasil”, é possível compreender as políticas públicas como resultado de disputas sociais, inseridas numa concepção de Estado ampliado, conforme discutido por Gramsci. Essa perspectiva ilumina os enfrentamentos cotidianos da escola, situada em um território marcado por profundas desigualdades históricas.

A gestão escolar, nesse contexto, revela-se estratégica na formulação de práticas inclusivas e emancipadoras, pautadas em referências como Paulo Freire (1996, 2000), Miguel Arroyo (2005) e José Carlos Libâneo (2004) entre outros autores. O acolhimento das trajetórias dos estudantes, a escuta ativa e a articulação com a comunidade são iniciativas que fortalecem o vínculo escola-aluno e se contrapõem à lógica excludente das políticas educacionais que negligenciam a EJA.

Além disso, observa-se que os desafios enfrentados pela gestão não se limitam ao contexto interno da escola, mas também se relacionam às políticas públicas de financiamento, avaliação e formação de professores. De acordo com (ARROYO;2005, p. 47), é preciso compreender a EJA como um campo de lutas, onde os sujeitos populares constroem saberes e formas de resistência à

marginalização imposta historicamente pelo Estado e pelas elites. Nesse sentido, a gestão da Escola Estadual Teodoro Sampaio tem adotado uma postura ativa na articulação com os demais atores da comunidade escolar, buscando garantir a permanência dos estudantes por meio da escuta qualificada, da flexibilização curricular e da valorização dos saberes populares.

Entre as estratégias destacadas está a realização de encontros pedagógicos mensais com foco na escuta dos estudantes, a reorganização dos tempos e espaços escolares para adequação à realidade dos jovens trabalhadores e adultos com múltiplas jornadas, além da parceria com equipamentos públicos e instituições locais (postos de saúde, CRAS e lideranças comunitárias). Tais ações contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos sujeitos à escola, promovendo uma educação mais humanizada e ancorada nas reais necessidades da comunidade.

É importante destacar que, mesmo diante de obstáculos estruturais e simbólicos, a gestão escolar tem se configurado como espaço de criação de alternativas possíveis. A exemplo disso, destaca-se a busca ativa de ex-alunos evadidos, realizada por meio de ligações telefônicas, visitas domiciliares e articulação com o Conselho Escolar. Essa iniciativa tem resultado em uma discreta, porém significativa, retomada de matrículas e no fortalecimento dos laços entre escola e território.

O financiamento insuficiente da modalidade, conforme evidenciado por Costa e Machado (2017), impacta diretamente na permanência e na aprendizagem dos sujeitos da EJA. A precarização dos recursos obriga as gestões a adotarem posturas criativas e comprometidas com a equidade, utilizando estratégias que envolvem a mobilização comunitária, a revalorização dos saberes dos educandos e a criação de ambientes pedagógicos sensíveis às suas realidades.

Assim, os resultados discutidos reafirmam a centralidade da gestão escolar como agente mediador entre a política pública e as práticas cotidianas, capaz de tensionar as estruturas formais e promover ações de resistência frente à exclusão educacional. Essas ações evidenciam que uma gestão comprometida com os princípios da justiça social atua não apenas na dimensão administrativa, mas, sobretudo, como agente político-pedagógico de resistência, capaz de transformar a escola em espaço de emancipação e dignidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória construída ao longo deste estudo evidencia que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) demanda não apenas reconhecimento legal, mas sobretudo engajamento ético e político por parte das gestões escolares. Em contextos historicamente marcados por desigualdades, como o território em que se insere a Escola Estadual Teodoro Sampaio, torna-se essencial que a gestão atue de forma ativa e crítica, buscando resistir aos processos de exclusão que ainda permeiam a realidade educacional brasileira.

O diálogo estabelecido entre a teoria abordada no componente curricular “Fundamentos Legais e Políticas de EJA no Brasil” e as vivências práticas no campo de pesquisa permitiu ampliar a compreensão sobre o papel da gestão escolar como promotora de ações que potencializem o acesso, a permanência e a aprendizagem dos sujeitos da EJA. A escuta qualificada, a valorização dos saberes dos estudantes e a articulação com a comunidade emergem como práticas fundamentais para a construção de uma escola comprometida com a equidade.

Assim, reafirma-se que a EJA deve ser concebida como política pública estruturante, e que sua efetivação passa, necessariamente, pela capacidade da gestão escolar de tensionar os limites institucionais, reinventar estratégias e fortalecer espaços pedagógicos que se orientem pela inclusão, emancipação e justiça social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Gestão Escolar; Permanência; Políticas Públicas; Resistência

5. REFERÊNCIAS

AMORIM, Antonio. *Educação de jovens e adultos e práticas de resistência*. Salvador: Edufba,

ARAÚJO, S. M. *Escuta ativa e saberes populares na gestão da EJA*. Salvador: EduFBA, 2024.

ARROYO, Miguel. *Outras palavras sobre educação*. Petrópolis: Vozes, 2005.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida (Orgs.). *Políticas públicas e educação de jovens e adultos no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2017.

FARIA, Edite Maria da Silva; BISPO, Sônia Vieira de Souza; GARCIA, Elisete Enir Bernardi. Políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: entre o ideal e o real. *Retratos da Escola*, v. 15, n. 32, 202

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LÜCK, Heloísa. *Gestão educacional: o cotidiano da escola*. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PEREIRA, Antônio. *Pesquisa de intervenção em educação: teoria e prática*. Salvador: Eduneb, 2019.

VIÑAL JUNIOR, José Veiga et al. Interculturalidade crítica e decolonial na EJA. Congresso de Educação Popular, 2022

